

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2024 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE

REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 90014/2024

G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA (“Recorrida”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.094.346/0001-45, com sede no SCN Quadra 02, Bloco A, Sala 602, Ed. Corporate Financial Center, Brasília/DF, CEP 70.712-900, vem, por meio de seu representante infrafirmado, com fulcro no Edital, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto por **LINUXELL INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA.** no bojo do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, pelos argumentos de fato e direito a seguir.

I – TEMPESTIVIDADE

O prazo conferido pelo órgão para a apresentação das contrarrazões recursais, conforme delimitado pelo Edital, se encerra no dia 29/01/2025.

Como o protocolo da presente petição observa o mencionado prazo, esta deve ser tida por tempestiva.

II – SÍNTESE DA DEMANDA

A G4F, a Recorrente, e outras empresas do ramo participaram de licitação promovida e organizada pelo FNDE, tendo por objeto a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços profissionais técnicos especializados em *business intelligence*, governança, gestão e análise de dados” (item 1.1 do edital).

Após a realização da sessão pública de lances, foram desclassificadas 4 (quatro) empresas, sendo a G4F posteriormente convocada e declarada vencedora do certame por ter apresentado proposta de menor preço que cumpria todas as exigências editalícias.

Irresignada, a LINUXELL interpôs Recurso Administrativo em face da mencionada decisão, requerendo a inabilitação da Recorrida, apontando, em síntese:

- a) Que a Recorrida teria descumprido os itens 3.6, 3.6.8 c/c 3.12 do Edital, não se revestindo de condição de participação no referido certame licitatório, uma vez que "mantém contrato



com o órgão licitante em que, dentre as atividades desenvolvidas há a elaboração do termo de referência, auxílio a fiscalização de contrato, bem como a composição de equipe técnica que presta consultoria na área de TI”;

- b) que a proposta da Recorrida é inexecutável, pois apresenta fator-k inferior ao exigido no subitem 7.9.1 do Edital e não teria comprovado atender todos os requisitos previstos os itens 7.9.1.1, 7.9.1.2, 7.9.1.3 e 7.9.1.4 do edital.

Ocorre que, como será mais bem demonstrado a seguir, a G4F cumpre todas as exigências editalícias, devendo ser mantida inalterada a decisão que a declarou como vencedora do presente certame.

III – DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Aduz a Recorrente que a Recorrida possui contrato ativo com o FNDE, de nº 358/2019, cujo objeto seria prestação de “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, compreendendo os Serviços continuados de apoio a Gestão de Infraestrutura De TIC, baseado em Níveis Mínimos De Serviços (NMS).”

Afirma que referido contrato terá vigência até 31/12/2025 e que, em razão dos serviços ali prestados, haveria participação/auxílio dos funcionários da G4F no auxílio a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, bem como acompanhamento dos processos e recursos associados à contratação pública. Isso demonstraria a impossibilidade da Recorrida em disputar o referido certame, conforme Subitem 3.12 do edital, por completa e evidente ocorrência de conflito de interesses, eis que constrangeria o princípio da segregação das funções.

Cita, ainda, os arts. 1º a 5 da Lei nº 12.813/2013, bem como o art. 14 da Lei nº 14.133/2021 para defender que a Recorrida não teria condições de participação no presente certame, uma vez que empregados da G4F supostamente teriam participam direta, ou indiretamente, da elaboração do termo de referência e dos estudos técnicos preliminares, o que lhe proporcionariam acesso a informações privilegiadas sobre o certame. Argumenta que a G4F teria sido inabilitada no PE nº 90011/2021 da AGU pelo mesmo motivo.

Ocorre que as alegações feitas pela recorrente são baseadas meramente em deduções ao afirmar que os funcionários da G4F estariam auxiliando a equipe de licitação na elaboração dos editais, no apoio à gestão e no acompanhamento de contratos. Tal conclusão tem origem exclusivamente no fato de que os mencionados funcionários estão alocados no Contrato nº 358/2019, firmado entre a G4F e o FNDE.

De acordo com o § 1º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, as atribuições de elaboração dos editais, apoio à gestão e acompanhamento de contratos são responsabilidades do agente de contratações, que



atua sob a orientação do setor requisitante:

Art.8º[...]

§ 1º Compete ao agente de contratações a prática dos atos necessários para realizar o processo de licitação, incluindo a elaboração de editais, a condução do certame e a gestão do contrato, conforme orientações do setor requisitante.

Dessa forma, vê-se que as funções mencionadas pela Recorrente estão formalmente atribuídas ao agente de contratações, não cabendo presumir a atuação de terceiros sem evidências concretas que sustentem tal afirmação.

Com efeito, os funcionários da G4F não integram a equipe de contratação, tampouco a comissão permanente de licitação ou a área requisitante do referido órgão, nem possuem poder de decisão ou influência sobre o presente processo licitatório. Assim, afastam-se quaisquer alegações de participação ou auxílio por parte desses profissionais, não havendo fundamento para vedar a empresa de participar da licitação em questão.

Vale ressaltar, ainda, que em nenhuma das atribuições descritas no item “ENCARTE M – CATÁLOGO DE SERVIÇOS”, documento apresentado na peça recursal pela recorrente, designa essas atividades aos profissionais alocados no contrato mencionado. Conforme consta no referido catálogo, não é atribuída aos referidos profissionais qualquer responsabilidade relacionada à elaboração de editais, ao apoio à gestão ou ao acompanhamento de contratos, reforçando a improcedência das alegações apresentadas.

Ainda, não há que se falar em conflito de interesse no âmbito do processo licitatório em questão, uma vez que nenhum profissional alocado no contrato nº 358/2019 possui poder de decisão ou atua como requisitante de qualquer área relacionada. São profissionais terceirizados que exercem exclusivamente funções técnicas vinculadas a serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Essas atividades incluem os serviços continuados de operação, sustentação, monitoramento e apoio à gestão de infraestrutura de TIC, com base em Níveis Mínimos de Serviços (NMS), conforme previsto no objeto do contrato licitado.

Outro ponto relevante a ser destacado é a tentativa da recorrente de confundir a comissão de licitação ao mencionar uma suposta inabilitação da G4F no Pregão nº 90011/2024 promovido pela AGU. Essa estratégia aparenta ter como único objetivo tumultuar o certame e dificultar o julgamento da peça recursal, desvirtuando o foco da análise técnica e objetiva que deve nortear o processo. Tal postura, conforme evidenciado no print abaixo, carece de embasamento concreto e reforça a intenção de causar prejuízo ao devido andamento do procedimento licitatório.

Pode-se informar que a tese apresentada pela recorrente, com o intuito de confundir a interpretação da ilustre comissão permanente de licitação, carece de fundamentos sólidos. Vale



destacar que, em licitações anteriores realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), outro licitante tentou, de maneira semelhante, induzir a comissão de licitação do Pregão Eletrônico nº 12/2021, alegando questões similares, referentes ao princípio da segregação, aos contratos anteriores firmados pela empresa G4F com o MEC. Saliente-se que naquele caso também se tratava de questões relacionadas a gerenciamento de contratos e de serviços de TIC.

O recurso interposto foi julgado improcedente, com base nos seguintes fundamentos:

"O edital de licitação do Pregão nº 12/2021 estabelece a vedação de que o órgão não poderá contratar o mesmo prestador para realizar serviços de execução, de subsídios ou assistência à fiscalização ou supervisão relativos ao mesmo objeto, assegurando a necessária segregação das funções. A área técnica esclareceu que serão adotadas medidas administrativas de gestão no sentido de coibir a sobreposição dos serviços vedada no Edital e no Art. 4º da IN-01/2019/SGD, isto é, para o novo contrato, considerando seu escopo e modelo de execução, as atividades de gestão e fiscalização serão exercidas integral e exclusivamente por servidores do quadro próprio do contratante, inclusive, quanto à produção de subsídios para a fiscalização, denotando, assim, a independência entre os serviços de execução/fornecimento de soluções de TI e os de supervisão/auditoria. Esta foi a manifestação da STIC, área técnica deste Ministério, in verbis:

Assim, nos restou claro que não haverá acumulação de funções de execução com as de apoio à fiscalização pela empresa G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA em virtude da manutenção do Contrato nº 07/2021 com o eventual futuro contrato que venha a ser celebrado em razão do Pregão nº 12/2021. Isso porque, para o novo contrato, considerando seu escopo e modelo de execução, as atividades de gestão e fiscalização serão exercidas integral e exclusivamente por servidores do quadro próprio do contratante - inclusive quanto à produção de subsídios para a fiscalização. De modo que é responsabilidade da própria STIC como área contratante zelar, durante a execução do futuro Contrato, pela manutenção dessa condição. Também entendemos que a licitante G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS está satisfatoriamente ciente dessas condições e de seus eventuais impactos."

Sobre a questão, é possível verificar que, a partir de uma análise aprofundada da execução de todos os contratos vigentes à época entre o MEC e a G4F, aquele Ministério concluiu que as atividades desenvolvidas pelos colaboradores da G4F **não desempenhavam qualquer atividade tendente a violar o princípio da segregação de funções ou de conflito de interesses.**

Além disso, o próprio órgão tomou o cuidado de se certificar que as atividades de gestão e



fiscalização seriam exercidas integral e exclusivamente por servidores do quadro próprio do contratante, inclusive, quanto à produção de subsídios para a fiscalização, denotando, assim, a independência entre os serviços de execução/fornecimento de soluções de TI e os de supervisão/auditoria.

O presente caso não difere daquele. Com efeito, antes de qualquer análise sobre a exequibilidade ou habilitação das licitantes, a equipe técnica e o pregoeiro examinam os quesitos de participação das licitantes, incluídos aí a possibilidade de conflito de interesses ou violação à segregação de funções, pois quem pode, de forma mais minuciosa e aprofundada, verificar se há qualquer violação a esse quesito é o próprio FNDE, que, além da Recorrida, conhece as atividades diárias que estão sendo desenvolvidas por seus servidores e pelos terceirizados colaboradores em contratos firmados entre as partes.

Assim, seja pelo que já foi informado acima, seja por análise já promovida anteriormente pelo próprio FNDE, pode-se atestar que não há qualquer violação do citado princípio ou conflito de interesses em relação à licitação em questão e qualquer afirmação em sentido contrário deve ser comprovada, de forma contundente, pela Recorrente, a quem incumbe esse ônus.

IV – DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DA G4F

Defende a Recorrente que a proposta da Recorrida seria inexecutável, afrontando os itens 3.6, 3.6.8 e 3.12 do edital, uma vez que a empresa teria apresentado fator k inferior a 1,95, previsto no edital e não teria logrado comprovar o cumprimento do item 7.9.1 do edital. Segundo a Recorrente:

- A) Dos 8 (oito) contratos apresentados em diligência, apenas 3 (três) atenderiam à exigência de vigência não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, estabelecido no item 7.9.1.3 do edital: Contrato Apex-Brasil, Contrato MEC e Contrato TSE;
- B) Ausência de perfis essenciais;
- C) Apresentação de salários inferiores ao exigido;
- D) Incompatibilidade de perfis entre os contratos e aqueles previstos neste pregão.

Ocorre que absolutamente nenhum desses fundamentos prospera.

Inicialmente, convém lembrar que o Fator K é um indicador de economicidade, aplicável a serviços terceirizados contínuos que envolvem a alocação de empregados nas instalações do contratante e que se presta a aferir o tempo em que uma empresa poderia manter a contratação ainda que despida do recebimento do pagamento devido.

A G4F apresentou um Fator K de 1,94, ligeiramente abaixo do limite de 1,95, estabelecido no edital, o que já denota uma diferença mínima em relação ao exigido. Ainda assim, em atenção ao edital, a Recorrida apresentou documentos complementares comprobatórios de sua exequibilidade.



A documentação apresentada pela G4F, que inclui contratos, termos aditivos e planilhas de composição de custos, demonstra claramente a exequibilidade da proposta e o cumprimento dos requisitos do edital, o que foi devidamente atestado na análise técnica do FNDE, registrada na Nota Técnica nº 4575979/2025/CGGOV/DIRTI, que avaliou de forma minuciosa a adequação e a exequibilidade da proposta da G4F, tendo concluído que a empresa logrou comprovar satisfatoriamente todos os itens dispostos no item 7.9.1 do Edital.

Convém ainda aclarar que referido item não indica que a empresa deve comprovar **obrigatoriamente** todos os subitens do item 7.9.1 do Edital. A palavra “**em especial**” indica que os fatores ali previstos serão particularmente analisados pela Administração, porém o exame da exequibilidade da proposta não é e nem pode ser feito baseado literalmente em nomenclaturas específicas de contratos ou salários desatualizados.

A exequibilidade da proposta comporta uma análise ampla da liquidez e solidez da empresa, analisada caso a caso, diante de uma visão macro e micro da capacidade de gerenciamento ótimo de recursos e permite **vasta comprovação por parte da licitante**.

Assim, todos os 8 (oito) contratos apresentados se prestam a comprovar a exequibilidade da Recorrida, ainda que cada qual comprove um subitem previsto do edital. Relembre-se que, para a própria análise de habilitação, é permitido o somatório de atestados de capacidade técnica, nos termos de entendimento já pacífico do TCU. Se o é para a habilitação, por questões lógicas, também há de se considerar para exame da exequibilidade, considerando contratos executados em um mesmo período.

A despeito disso, os 3 (três) contratos mencionados pela Recorrente são aptos a comprovar todos os subitens do item 7.9.1 do edital. Em relação ao objeto do certame, é importante destacar que o edital não exige que os objetos dos contratos anteriores sejam idênticos ao da licitação, mas sim que os serviços prestados sejam similares em termos de natureza e complexidade.

Os contratos firmados com a Apex-Brasil, o MEC e o TSE cumprem essa exigência, pois os serviços prestados nesses contratos envolvem perfis profissionais e exigências semelhantes aos previstos no edital. A Nota Técnica do FNDE esclarece a compatibilidade entre os perfis e salários dos contratos apresentados e os exigidos pelo edital. Confira-se:

7.2.6. Da análise do Contrato #06 (APEX-BRASIL)

O contrato com a Agência de Promoção de Exportações do Brasil ("APEX BRASIL") foi firmado em 23/12/2020, por ciclos prorrogáveis, estando vigente até 23/12/2025 (cfe. 3º Termo Aditivo) - sendo que no momento desta análise o contrato contabilizava 48 (quarenta e oito) meses de execução - o que atende ao disposto no subitem 7.9.1.3, portanto, o referido contrato serve ao propósito



de comprovação da exequibilidade no âmbito do presente processo.

Quanto à similaridade do objeto temos que o referido contrato envolve prestação de "serviços especializados em Tecnologia da Informação, por meio da execução de atividades sob demanda e remuneradas em Unidades de Serviço Técnico (UST), por profissionais com os perfis de Analista de Sistemas, Arquiteto de Software e Consultor de Sistemas". Por conseguinte, analisando a listagem de perfis e suas respectivas atividades, consideramos que há pertinência técnica (similaridade) entre o objeto da avença com aquele pretendido pelo FNDE.

Quanto aos perfis contratados, seus respectivos requisitos, remuneração e custos, conforme apresentado na sua Cláusula Quarta do Contrato e suportado pelos documentos complementares fornecidos pela LICITANTE, temos o seguinte:

(...)

Assim, de modo geral, o Contrato #06, corroborado pelas informações complementares encaminhadas pela LICITANTE, atende aos requisitos descritos no item 7.9.1 do Edital e seus subitens - contribuindo na demonstração da exequibilidade da proposta por possuir período de execução superior a 24 meses, conter profissionais com qualificação equivalente ou superior às exigidas nesta licitação (por analogia), demonstrar pagamento de salários iguais ou superiores aos especificados pelo FNDE e possuir Fator-K igual ou inferior aos apresentados na proposta da licitante ao FNDE.

7.2.7. Da análise do Contrato #07 (MEC)

O contrato com a Ministério da Educação ("MEC") foi firmado em 17/03/2021 com vigência inicial pelo prazo de 12 meses, prorrogado por sucessivos termos aditivos e estando vigente até 17/03/2025. Portanto, na data desta análise o contrato perfaz 46 (quarenta e seis) meses de execução - o que atende ao disposto no subitem 7.9.1.3, servindo esse instrumento ao propósito de comprovação da exequibilidade no âmbito do presente processo.

Quanto à similaridade do objeto temos que o referido contrato envolve prestação de "serviços auxiliares de apoio técnico e especializado em atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação". Por conseguinte, analisando o Termo de Referência e a listagem de perfis e suas respectivas atividades, consideramos que há pertinência técnica (similaridade) entre o objeto da avença com aquele pretendido pelo FNDE.

Quanto aos perfis contratados, seus respectivos requisitos, remuneração e



custos, conforme apresentado na sua Cláusula Quarta do Contrato e suportado pelos documentos complementares fornecidos pela LICITANTE, temos o seguinte:

(...)

Considerando que as referências salariais se basearam na Proposta Comercial original da LICITANTE para o Pregão nº 27/2020, ocorrido em 28/12/2020, visto que a licitante não apresentou planilhas mais recentes, entendemos necessário atualizar tais valores considerando os índices de reajuste referenciados nas Convenções Coletivas da categoria para os anos subsequentes, conforme disponíveis no sítio do SINDPD-DF (https://www.sindpd.org.br/acordo_particulares.php)

Quanto aos requisitos de qualificação, o Edital do Pregão Eletrônico nº 27/2020, que deu origem ao Contrato nº 07/2021, trouxe o seguinte:

(...)

Assim, de modo geral, o Contrato #07, corroborado pelas informações complementares encaminhadas pela LICITANTE, também atende aos requisitos descritos no item 7.9.1 do Edital e seus subitens - contribuindo na demonstração da exequibilidade da proposta por possuir período de execução superior a 24 meses, conter profissionais com qualificação equivalente ou superior às exigidas nesta licitação (por analogia), demonstrar pagamento de salários iguais ou superiores aos especificados pelo FNDE e possuir Fator-K igual ou inferior aos apresentados na proposta da licitante ao FNDE.

7.2.8. Da análise do Contrato #08 (TSE)

O contrato com a Tribunal Superior Eleitoral ("TSE") foi firmado em 25/06/2020 com vigência inicial pelo prazo de 24 (vinte e quatro meses), estando vigente até a presente data por meio dos termos aditivos de prorrogação. Portanto, na data desta análise o contrato perfaz 54 (cinquenta e quatro) meses de execução - o que atende ao disposto no subitem 7.9.1.3, servindo esse instrumento ao propósito de comprovação da exequibilidade no âmbito do presente processo.

Quanto à similaridade do objeto temos que o referido contrato envolve prestação de "serviços de apoio ao planejamento e à gestão de Tecnologia da Informação (TI)". Por conseguinte, analisando o Termo de Referência e a listagem de perfis e suas respectivas atividades, consideramos que há pertinência técnica (similaridade) entre o objeto da avença com aquele pretendido pelo FNDE. Quanto aos perfis, considerando a Cláusula Quinta do



contrato original e os efeitos do 8º Termo Aditivo, temos o seguinte:

(...)

Desse modo, de modo geral, o Contrato #08, corroborado pelas informações complementares encaminhadas pela LICITANTE, também atende aos requisitos descritos no item 7.9.1 do Edital e seus subitens - contribuindo na demonstração da exequibilidade da proposta por possuir período de execução superior a 24 meses, conter profissionais com qualificação equivalente ou superior às exigidas nesta licitação (por analogia), demonstrar pagamento de salários iguais ou superiores aos especificados pelo FNDE e possuir Fator-K igual ou inferior aos apresentados na proposta da licitante ao FNDE.

Veja que a equipe técnica do FNDE ainda teve o cuidado de atualizar o valor das referências salariais que basearam a Proposta Comercial original para o Pregão nº 27/2020-MEC, ocorrido em 28/12/2020, considerando os índices de reajuste referenciados nas Convenções Coletivas da categoria, para que sua análise pudesse refletir a realidade dos valores atualmente praticados.

E, embora os contratos apresentados possuam formas distintas de cobrança, todos eles comprovam a quantidade de horas de serviços prestados (HST e/ou UST) e os perfis necessários para a execução dos serviços licitados, conforme exigido no edital. Por tal razão, concluiu brilhantemente a Nota Técnica:

In fine, quanto à análise da exequibilidade da PROPOSTA, considerando as exigências de comprovação da exequibilidade da proposta, cuja responsabilidade pelo fornecimento da documentação exigida é de única e exclusiva responsabilidade da contratada, entendemos que a LICITANTE logrou êxito em cumprir de forma adequada os requeridos dispostos no item 7.9.1 do Edital - restando satisfatoriamente comprovada a exequibilidade de sua proposta, considerando:

- a) Comprovação satisfatória de pagamento de salários iguais ou superiores aos especificados no Termo de Referência da presente contratação (item 7.9.1.1);
- b) Comprovação satisfatória da alocação de profissionais com qualificação equivalente ou superior à exigida no Termo de Referência da presente contratação (Item 7.9.1.2);
- c) Comprovação satisfatória da execução satisfatória em outro órgão público ou privado de objeto similar ao da presente contratação, com prazo não inferior a 24 meses de vigência (item 7.9.1.3); e
- d) Comprovação satisfatória da execução de contratos com Fator-K igual ou



inferior ao apresentado em sua proposta

Em face do exposto, a G4F reafirma a legalidade e a regularidade de sua proposta, que atendeu integralmente a todas as exigências do edital.

V – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, comprovado que a Recorrida atende a todos os requisitos do edital, bem como a improcedência de todos os fundamentos contidos nas razões recursais ofertadas pela Recorrente, requer-se a manutenção da decisão que habilitou e declarou a G4F como vencedora do certame ora em debate.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 29 de janeiro de 2025.

ELMO TOLEDO LACERDA
PRESIDENTE
G4F SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA.



Brasília - DF, 70712-900
SCN Q 2 BL A - Asa Norte,
Corporate Financial Center
Sala 602

61 3773-2000
contato@g4f.com.br
www.g4f.com.br